



TEXTO PARA DISCUSSÃO Nº 465

**A MOBILIDADE INTERESTADUAL DA POPULAÇÃO NO BRASIL NO INÍCIO DO
SÉCULO XXI: MUDANÇA NO PADRÃO MIGRATÓRIO?**

**Fausto Brito
José Irineu Rigotti
Jarvis Campos**

Dezembro de 2012

B862m Brito, Fausto.
2012 A mobilidade interestadual da população no Brasil no início do século XXI : mudança no padrão migratório? / Fausto Brito, José Irineu Rigotil, Jarvis Campos. - Belo Horizonte : UFMG/CEDEPLAR, 2012.
26 p. : il. - (Texto para discussão, 465)

Inclui bibliografia.
Inclui anexo.

1.Migração interna – Brasil. I.Rigotil, José Irineu. II.Campos, Jarvis. III.Universidade Federal de Minas Gerais. Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional. IV.Título. V.Série.

CDD: 304.80981

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca da FACE/UFMG - JN 091//2012

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO E PLANEJAMENTO REGIONAL**

**A MOBILIDADE INTERESTADUAL DA POPULAÇÃO NO BRASIL NO INÍCIO DO
SÉCULO XXI: MUDANÇA NO PADRÃO MIGRATÓRIO?**

Fausto Brito
Cedeplar/UFMG

José Irineu Rigotti
Cedeplar/UFMG

Jarvis Campos
Cedeplar/UFMG

**CEDEPLAR/FACE/UFMG
BELO HORIZONTE
2012**

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	6
AS MIGRAÇÕES INTERESTADUAIS ENTRE 1965 E 2010: AS MUDANÇAS FUNDAMENTAIS NO PADRÃO MIGRATÓRIO	9
AS MIGRAÇÕES INTERESTADUAIS DE RETORNO E DE CURTO PRAZO	21
BIBLIOGRAFIA	26

RESUMO

O objetivo deste artigo é analisar a mobilidade espacial da população no Brasil na segunda metade do século XX, e na primeira década do século XXI, tendo como referência as unidades da federação e as regiões. Em primeiro lugar, são analisadas as tendências dos grandes fluxos e das trocas líquidas migratórias entre os anos sessenta do século passado e a primeira década do atual. Em segundo lugar, nas conclusões, analisa-se as mudanças observadas no período mais recente, a partir de 1980, quando os quesitos censitários possibilitam os cálculos das migrações de retorno e de curto prazo. A conclusão mais importante é que o novo padrão migratório que se anuncia não significa uma transição completa, pelo contrário, nele coexistem características do antigo e do novo e essa, talvez, seja a sua marca estrutural mais relevante, pois acompanha as próprias características do desenvolvimento desigual do capitalismo brasileiro.

ABSTRACT

The objective of this paper is to analyze the spatial mobility of the population in Brazil in the second half of the twentieth century and the first decade of this century, with reference to the units of the federation and the regions. Firstly, we analyze the major trends in trade flows and net migration between the sixties of the last century and the first decade of the current. Second, the findings, analyzes the changes observed in the most recent period, from 1980, when the census questions allow the calculations of return migration and short-term. The important conclusion is that the new migratory pattern that advertises itself does not mean a complete transition, however, it coexist characteristics of old and new, and this is perhaps its most important structural mark because accompanies the actual characteristics of the uneven development of capitalism in Brazil.

Palavras-chave: Migração interna, mobilidade espacial da população

Internal migration, spatial mobility of the population

Classificação Jel: J6

INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo é analisar a mobilidade espacial da população no Brasil na segunda metade do século XX, e na primeira década do século XXI, tendo como referência as unidades da federação e as regiões.

Para se ter uma visão histórica mais precisa do comportamento da mobilidade espacial interestadual, este artigo utilizará os Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010. Essa série histórica possibilita uma reflexão sobre as mudanças ocorridas nas últimas décadas e consagradas no Censo de 2010.

A mobilidade espacial da população, em especial, a migração interna, é um fenômeno estrutural e, como tal, não se apreende as suas grandes transformações a não ser do ponto de vista histórico. No Brasil, em particular, as migrações internas se constituíram em um dos determinantes estruturais mais importantes da formação das suas sociedade e economia contemporâneas.

Não seria equivocado afirmar que as migrações acompanharam a nossa história desde o período colonial, passando pelo Império e chegando à República. No final do século XIX, em função das secas no Nordeste, já se observava uma transferência de nordestinos em direção a São Paulo e ao Rio de Janeiro. Certamente, em proporção muito menor do que a migração maciça da segunda metade do século passado.¹ Muitos nordestinos, também, caminharam em direção à região amazônica atendendo aos apelos da expansão da economia da borracha no final do século XIX e início do XX.² Não foram poucos, mas muito menos do que o enorme excedente populacional gerado pela economia nordestina e preso aos fortes laços sociais e econômicos da sua unidade principal: o grande latifúndio. Somente nos períodos de crise das economias do açúcar ou do algodão, esses laços se flexibilizavam possibilitando que as migrações ocorressem, mas sempre na exata medida que não prejudicasse a reprodução dessas economias e, principalmente, do próprio latifúndio.³

Minas Gerais, também, poderia servir como exemplo. A sua posição geográfica favorecia a emigração em direção aos estados vizinhos, em especial no período da economia cafeeira, quando as ferrovias facilitavam o transporte. Entretanto, as migrações internas, para se generalizarem como um fenômeno estrutural, obedeceram às especificidades do próprio desenvolvimento da sociedade, da economia e do Estado brasileiro.

Em primeiro lugar, no processo de transição para o trabalho assalariado, a opção pelas imigrações internacionais significou, de fato, uma decisão pelo adiamento da intensificação dos fluxos migratórios internos, em especial, os interregionais. Os grandes contingentes populacionais de mão de obra livre no Nordeste e em Minas Gerais, vinculados aos laços sociais e econômicos do latifúndio, não foram estimulados para se deslocarem para as regiões onde se expandia o complexo econômico cafeeiro. Foi uma opção política das elites hegemônicas, com forte apoio das elites regionais ligadas aos grandes reservatórios de mão de obra, para garantir a imigração internacional. O objetivo era não só para atender às necessidades de força de trabalho para o complexo econômico cafeeiro, mas,

¹ Bassanezi, 2001.

² Furtado, 1974.

³ Brito, 2004.

também, garantir uma política “branqueamento” da população. A tradição étnica brasileira, centrada na forte miscigenação entre índios, negros e portugueses impedia, segundo as elites da época, que se constituísse no Brasil, uma civilização de “homens brancos e industriais”.⁴

Em segundo lugar, o desenvolvimento brasileiro, desde o período colonial, tinha gerado, neste vasto território nacional, um conjunto de arquipélagos regionais, sociais e econômicos, com uma frágil interação entre eles. A hegemonia da economia cafeeira e o surto de industrialização substitutiva de importações, no final do século XIX, possibilitaram uma ampliação dos vínculos mercantis entre os diferentes arquipélagos regionais.⁵ Havia migrações, evidentemente, pois era notável o desequilíbrio entre as regiões onde se concentravam a maior parte da população brasileira, o Nordeste e Minas Gerais, e onde mais se expandiam a economia cafeeira e as atividades a ela relacionadas, principalmente, Rio de Janeiro e São Paulo. Contudo, o Brasil ainda estava distante de consolidar um mercado de trabalho nacional por onde transitassem os fluxos migratórios.

Em terceiro lugar, na era Vargas, desde a Revolução de 1930, mas em especial na segunda metade do seu primeiro governo (1937-1945) e no seu segundo governo (1951-1954), inicia-se uma grande transformação da economia, da sociedade e do Estado, que alcança o seu patamar básico com o Plano de Metas, já no governo Juscelino Kubitschek (1956-1961). Apesar da crise econômica e política na primeira metade dos anos sessenta, o capitalismo cresce vigorosamente até o final da década de setenta.

A economia brasileira torna-se, fundamentalmente, urbana e industrial e se expandem as fronteiras agrícolas em direção ao norte do Paraná e às regiões Centro-Oeste e Norte. Ampliam-se fortemente os sistemas de transporte e comunicações, integrando as diferentes regiões brasileiras dentro de um contexto de profundos desequilíbrios regionais e sociais e, de fato, consolidando um mercado de trabalho nacional.

A sociedade brasileira se urbaniza e na década de sessenta a população urbana supera a rural. As maciças migrações internas transitam pelo mercado de trabalho nacionalmente integrado acelerando, ao mesmo tempo, o processo de urbanização e metropolização. Esse novo perfil da sociedade brasileira, urbana, metropolitana e industrial, tem a marca estrutural das migrações internas que, simultaneamente, colaboraram para a constituição de uma sociedade nacionalmente integrada, mas com fortes desequilíbrios regionais e sociais.⁶

Vale ressaltar, que, no processo de formação da sociedade e da economia contemporâneas, o Estado brasileiro, desde a sua constituição com a independência em 1822, tem interferido decisivamente na redistribuição da população no território.⁷ Foi assim com a promoção das imigrações internacionais, no século XIX e início do século XX, seja para a ocupação demográfica da região Sul do País, seja para atender às necessidades de mão de obra para o complexo econômico cafeeiro. Ambas, como mencionado, com o propósito explícito de mudanças étnicas na sociedade brasileira.

⁴ Vainer, 1996.

⁵ Barbosa, 2008.

⁶ Brito, 2012.

⁷ Vainer, 2000.

Mas, a interferência não se restringiu às migrações internacionais, alcançando, também, a mobilidade interna da população. A princípio, como já se referiu, restringindo essa mobilidade e atendendo às demandas das elites dos grandes reservatórios de mão de obra, preocupadas em garantir a reprodução das suas economias agrárias centradas no latifúndio. E, posteriormente, concentrando os grandes investimentos na economia urbana e industrial nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo, principalmente neste último, e provocando um maciço deslocamento populacional de Minas e do Nordeste em direção a esses estados.

Observa-se a intervenção direta do Estado, também, na expansão da fronteira agrícola e mineral. Na segunda metade do século passado, no norte do estado do Paraná, na região Centro-Oeste e, na região Norte. Houve, deliberadamente, uma política de deslocamento do eixo de ocupação populacional, procurando aumentar a densidade demográfica de áreas do território até então muito baixas e com atividades econômicas sem expressão nacional. A construção de Brasília é um marco simbólico dessa mudança de eixo.

É a análise das migrações internas interestaduais na sociedade e economia contemporâneas, objeto de interferências decisivas do Estado brasileiro, o grande objetivo deste artigo. Para desenvolvê-la, serão utilizados os dados derivados dos quesitos censitários de última etapa dos Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010, e os de data fixa que foram incorporados nos três mais recentes. Nestes últimos encontram-se as informações sobre os imigrantes que, há cinco anos atrás, não residiam na UF onde moravam na data da pesquisa. A vantagem destas informações é que a matriz de origem e destino resultante do cruzamento da UF de residência atual e UF de residência cinco anos antes permite o cálculo dos saldos migratórios líquidos para cada unidade de análise, dentro de cada quinquênio. Além disso, estes dados foram extraídos, também, segundo a unidade da federação de nascimento, o que permitiu avaliar a migração de retorno.

Para facilitar a análise e a compreensão dos dados, a divisão por unidades da federação será combinada com uma divisão regional mais detalhada do que a convencional. A região Norte, composta pelos estados de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará, Amapá, Tocantins. A região Nordeste será dividida em três: a Setentrional, com os estados do Maranhão e Piauí; a Central composto pelos estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas e a Meridional contendo os estados de Sergipe e Bahia. Os estados de Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo e Paraná serão tratados separadamente. A região Extremo Sul é formada pelos estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e a Centro-Oeste pelos estados do Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Goiás e o Distrito Federal.

Neste artigo, em primeiro lugar, são analisadas as tendências dos grandes fluxos e das trocas líquidas migratórias entre os anos sessenta do século passado e a primeira década do atual. Em segundo lugar, nas conclusões, analisa-se as mudanças observadas no período mais recente, a partir de 1980, quando os quesitos censitários possibilitam os cálculos das migrações de retorno e de curto prazo.

AS MIGRAÇÕES INTERESTADUAIS ENTRE 1965 E 2010: AS MUDANÇAS FUNDAMENTAIS NO PADRÃO MIGRATÓRIO

A migração é um fenômeno social cuja regularidade empírica pode ser observada pelo comportamento dos fluxos migratórios. Muitos deles assumem um papel fundamental do ponto de vista estrutural e podem ser considerados como trajetórias migratórias dominantes, ou seja, determinantes para a constituição do mercado de trabalho nacional.⁸ Os seus desenhos espaciais podem ser reformulados segundo as necessidades da própria dinâmica espacial da economia e da sociedade. No caso brasileiro, em particular, as trajetórias dominantes têm sido potencializadas pelos fortes desequilíbrios regionais e sociais que têm marcado o desenvolvimento do capitalismo brasileiro.

As estimativas sobre os movimentos migratórios interestaduais nas décadas de quarenta e cinquenta já indicavam a configuração das trajetórias dominantes. Elas articulavam os dois grandes reservatórios de mão de obra, a região Nordeste e o estado de Minas Gerais, e os estados de maior crescimento da economia urbana industrial, Rio de Janeiro e São Paulo, assim como as regiões de expansão da fronteira agrícola e mineral, nessa época, o norte do Paraná e o Centro-Oeste.⁹

As informações dos Censos Demográficos, entre 1970 e 2010, permitem uma avaliação mais precisa das migrações interestaduais a partir dos dados de última etapa (Tabela 1). São Paulo era o estado que mais recebia imigrantes interestaduais, um quarto do total na década de sessenta e um terço na de setenta, bem mais que o Rio de Janeiro com 15% dos imigrantes, no primeiro período considerado, e apenas 8% no segundo. Entre as regiões de expansão da fronteira agrícola, o Paraná se destacava nos anos sessenta, recebendo 18% dos imigrantes, vivendo o seu derradeiro momento de expansão das economias do café e do algodão, pois já nos anos setenta essa proporção cai para pouco mais de 4%. A região Centro-Oeste, com a construção de Goiânia, nos anos quarenta, e Brasília, na segunda metade da década de cinquenta, começa, também, a expansão da sua agricultura, ampliando a proporção de seus imigrantes de 13% para 16%. A região Norte, como resultado das políticas governamentais de ocupação econômica e demográfica da Amazônia, na década de setenta, aumentou a sua participação relativa, recebendo cerca de 9,5% do total de imigrantes interestaduais.

⁸ Lee, 1980.

⁹ Brito, 2002.

TABELA 1
BRASIL, IMIGRANTES INTERESTADUAIS, 1965/2010
(ÚLTIMA ETAPA COM MENOS DE 5 ANOS DE RESIDÊNCIA)

REGIÕES E/OU UFs	IMIGRANTES INTERESTADUAIS									
	1965/1970	%	1975/1980	%	1986/1991	%	1995/2000	%	2005/2010	%
NORTE	113.928	2,47	454.447	9,49	584.086	10,45	700.632	10,48	625.624	9,65
NE. SETENTRIONAL	158.977	3,45	133.891	2,80	208.864	3,74	258.972	3,88	252.562	3,90
NE. CENTRAL	354.876	7,69	401.935	8,40	632.583	11,31	771.512	11,54	687.573	10,61
NE. MERIDIONAL	171.133	3,71	223.400	4,67	300.364	5,37	412.222	6,17	414.819	6,40
NORDESTE TOTAL	684.986	14,85	759.226	15,86	1.141.811	20,42	1.442.707	21,59	1.354.954	20,91
MINAS GERAIS	260.692	5,65	336.177	7,02	432.212	7,73	571.677	8,55	543.294	8,38
ESPIRITO SANTO	80.455	1,74	103.537	2,16	143.654	2,57	162.040	2,42	173.459	2,68
RIO DE JANEIRO	688.159	14,92	394.489	8,24	297.243	5,32	413.436	6,19	398.413	6,15
SÃO PAULO	1.118.316	24,25	1.562.494	32,64	1.484.785	26,56	1.582.348	23,68	1.413.107	21,81
PARANÁ	826.723	17,93	207.792	4,34	330.471	5,91	388.326	5,81	381.978	5,89
EXTREMO SUL	217.434	4,71	206.360	4,31	312.102	5,58	407.867	6,10	550.794	8,50
CENTRO-OESTE	621.232	13,47	762.150	15,92	864.631	15,46	1.013.880	15,17	1.038.486	16,03
TOTAL	4.611.924	100,00	4.786.671	100,00	5.590.995	100,00	6.682.913	100,00	6.480.109	100,00

Fonte: FIBGE, Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010

Se o destino dos migrantes era bastante concentrado, nos dois primeiros períodos em análise, assim também era a origem (Tabela 2). Eles partiam, fundamentalmente, dos grandes reservatórios de mão de obra, a região Nordeste e o estado de Minas Gerais. Na década de sessenta, os nordestinos, com 36%, e os mineiros, com 22%, representavam quase sessenta por cento de todos os emigrantes interestaduais, cerca de 5,4 milhões. Nos dez anos seguintes, essa proporção diminuiu graças à redução da emigração de Minas Gerais, que iniciava um processo de recuperação da sua economia. Mesmo assim, dos dois grandes reservatórios ainda saíam quase 4,5 milhões emigrantes interestaduais. Não pode deixar de ser mencionado que partiam do Paraná, nesse mesmo período, mais migrantes do que de Minas, resultado da enorme retração na capacidade de absorção demográfica de sua fronteira agrícola que forçou uma grande emigração.¹⁰

TABELA 2
BRASIL, EMIGRANTES INTERESTADUAIS, 1965/2010
(ÚLTIMA ETAPA COM MENOS DE 5 ANOS DE RESIDÊNCIA)

REGIÕES E/OU UFs	EMIGRANTES INTERESTADUAIS									
	1965/1970	%	1975/1980	%	1986/1991	%	1995/2000	%	2005/2010	%
NORTE	83.769	1,82	139.706	2,92	461.231	8,25	609.561	9,12	572.683	8,84
NE SETENTRIONAL	213.105	4,62	320.551	6,70	409.624	7,33	522.319	7,82	567.670	8,76
NE CENTRAL	980.514	21,26	973.720	20,34	1.028.007	18,39	1.084.540	16,23	1.022.193	15,77
NE MERIDIONAL	451.324	9,79	397.734	8,31	559.093	10,00	726.595	10,87	716.556	11,06
NORDESTE TOTAL	1.644.942	35,67	1.692.004	35,35	1.996.724	35,71	2.333.454	34,92	2.306.419	35,59
MINAS GERAIS	1.007.544	21,85	573.209	11,98	519.206	9,29	513.907	7,69	553.106	8,54
ESPIRITO SANTO	184.488	4,00	86.423	1,81	103.480	1,85	121.712	1,82	105.458	1,63
RIO DE JANEIRO	183.835	3,99	253.733	5,30	333.261	5,96	351.344	5,26	347.511	5,36
SÃO PAULO	525.931	11,40	495.519	10,35	791.261	14,15	1.166.246	17,45	1.030.700	15,91
PARANÁ	244.388	5,30	798.196	16,68	497.666	8,90	456.960	6,84	412.051	6,36
EXTREMO SUL	542.922	11,77	264.903	5,53	292.366	5,23	361.382	5,41	427.428	6,60
CENTRO-OESTE	194.105	4,21	482.979	10,09	595.799	10,66	768.347	11,50	724.753	11,18
TOTAL	4.611.924	100,00	4.786.671	100,00	5.590.995	100,00	6.682.913	100,00	6.480.109	100,00

Fonte: FIBGE, Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010

¹⁰ Martine, Garcia, 1987.

Os dados sobre a distribuição espacial dos migrantes sugerem que as trajetórias migratórias dominantes, que já se anunciavam nos anos quarenta e cinquenta, consolidam-se nas décadas de sessenta e setenta. Essas trajetórias articulam-se dentro de um padrão migratório moldado pelas dinâmicas da economia e da sociedade que fundavam um mercado de trabalho efetivamente nacional, marcado por fortes desequilíbrios regionais e sociais.¹¹

O padrão migratório tem a flexibilidade necessária para se ajustar às mudanças sociais e econômicas. Na década de setenta aconteceram bons exemplos. No que se refere ao crescimento da economia urbana industrial a hegemonia paulista se sobrepôs ao Rio de Janeiro, que já havia se fragilizado com a transferência da capital da República para Brasília. Esta situação influenciou, indiscutivelmente, o aumento das emigrações interestaduais para São Paulo e a redução para Rio de Janeiro. O mesmo pode-se dizer do início do processo de reversão migratória pelo qual passou Minas nos anos setenta, determinado pela sua recuperação econômica. No que se refere às fronteiras agrícolas, as regiões Centro-Oeste e a Norte inauguraram um novo ciclo superando a fase do norte paranaense.

Essas mudanças não alteraram significativamente o padrão migratório, mantendo as principais trajetórias migratórias que continuavam a exercer não só as funções econômicas, transferindo espacialmente a força de trabalho indispensável à dinâmica da economia, mas, também, exercendo o seu papel na construção da nação, integrando espacialmente a sociedade e a cultura nacional.¹²

As migrações internas abriam possibilidades para os migrantes combinarem a mobilidade espacial e a mobilidade social. Milhões foram os que saíram de seus estados e dirigiram-se para as grandes mecas dos migrantes, como a Região Metropolitana de São Paulo, onde se abriam as possibilidades de melhoria social. Nem todos conseguiram, pois a forte seletividade inerente à própria estrutura social da metrópole, muitas vezes, provocava a reemigração ou mesmo o retorno ao estado de origem.

A partir dos anos oitenta, as mudanças profundas ocorridas na sociedade e na economia brasileira, assim como na economia mundial, com o seu profundo processo de reestruturação produtiva, começaram a desenhar mudanças significativas no padrão da mobilidade espacial da população no Brasil.¹³ Já no final do século passado, os censos demográficos anunciavam essas mudanças, que seriam consolidadas na primeira década do século XXI, conforme anunciou o Censo de 2010.

Analisando a distribuição dos imigrantes entre as diferentes regiões ou estados da federação, nos três últimos períodos considerados, pode-se observar que São Paulo ainda se mantinha como o estado que mais recebia imigrantes interestaduais, apesar de haver um decréscimo na sua participação, tanto em termos relativos quanto absolutos (Tabela 1). É notável que esse fenômeno continue ocorrendo, inclusive, na primeira década do século XXI. Por outro lado, o Rio de Janeiro persistiu na redução da sua capacidade de absorção migratória, praticamente se estabilizando entre cinco a seis por cento dos imigrantes interestaduais.

¹¹ Brito, 2002.

¹² Durham, 1984.

¹³ Cano, 1998.

A região Centro-Oeste é outra que se destaca pelo número de imigrantes, principalmente, o estado de Goiás. Há um ligeiro aumento, em termos proporcionais, na sua participação, ainda que sempre bem abaixo de São Paulo. A outra região considerada, historicamente, como de expansão de fronteira agrícola e mineral, a Norte, apresenta uma estabilidade na sua participação relativa, próxima a 10%, bem aquém da região Centro-Oeste.

No sul do País, o Paraná, que nos anos sessenta tinha vivido o seu derradeiro momento de expansão da sua fronteira agrícola, reduziu muito a sua capacidade de absorção migratória interestadual, mantendo uma proporção entre cinco e seis por cento nos três períodos analisados. Novidade foi o aumento da participação do Extremo Sul, principalmente, devido ao aumento de imigrantes em Santa Catarina.

Os estados nordestinos, em especial aqueles da sua região Central, que outrora se destacavam, fundamentalmente, como expulsos de população, agora se apresentam, também, como lugares expressivos de absorção de imigrantes interestaduais. Os imigrantes interestaduais intra-regionais e os de retorno, como será considerado mais à frente neste artigo, têm um peso significativo nessa novidade migratória. Minas Gerais, refletindo a tendência já anunciada na década de setenta, passa a receber mais imigrantes, também, potencializados pelas imigrações de retorno.

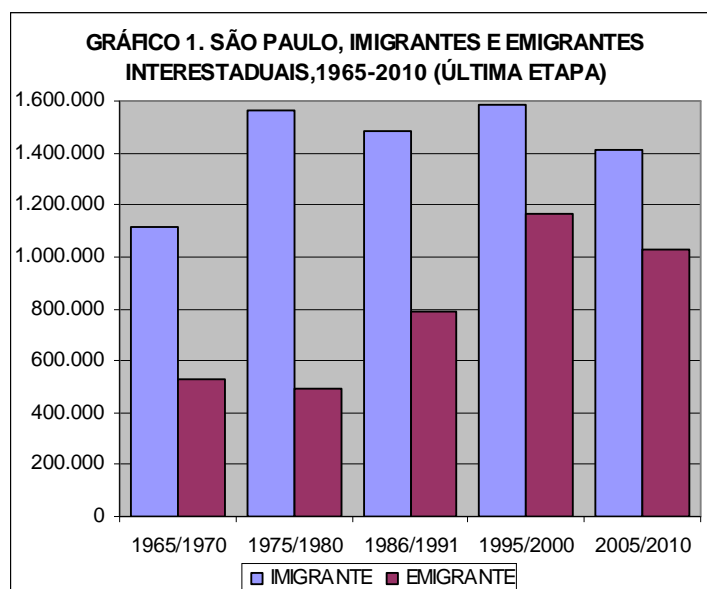
Observando, também, os emigrantes, a novidade é que São Paulo aparece como o estado com maior volume. Aliás, a novidade maior, é que ele é, ao mesmo tempo, o estado com maior número de imigrantes e de emigrantes interestaduais, à frente da Bahia e de Minas Gerais, tradicionais exportadores de mão de obra, mostrando a intensidade da circulação da população de outros estados em seu território. O estado do Rio de Janeiro tem reduzido os seus emigrantes, mantendo-se, em termos relativos, com uma participação estável no total nacional.

O Nordeste, no seu conjunto, persiste como a região responsável pelo maior número de emigrantes, mais do que um terço nos três últimos períodos analisados. Minas Gerais, tradicional estado de emigrantes, assim permanece, porém, atrás de São Paulo e da Bahia.

As tradicionais regiões de expansão da fronteira agrícola e mineral, hoje, de fato, com a sua ocupação demográfica praticamente consolidada, ainda que persistam como áreas de imigração, são também áreas de emigração. Essas regiões se caracterizam, historicamente, pela grande circulação de imigrantes interestaduais entre elas.

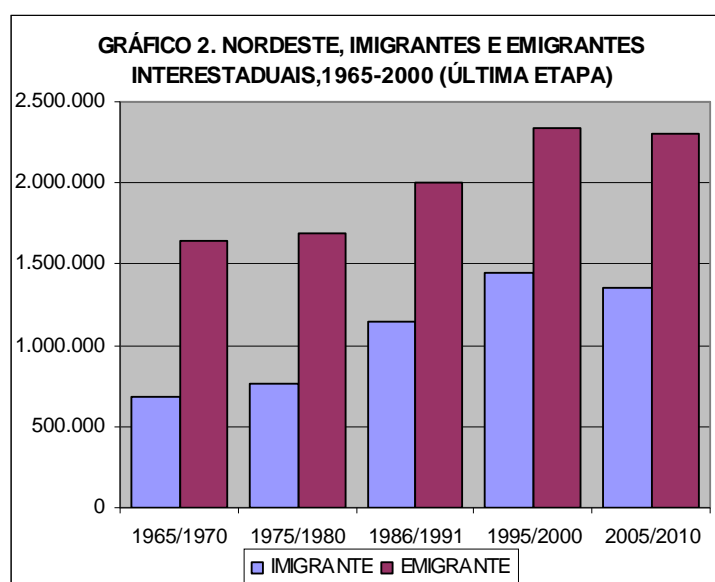
Ao sul do País, o Paraná tem diminuído os seus emigrantes, ao contrário do Rio Grande do Sul. O destaque é Santa Catarina que tem combinado imigração alta com emigração bem mais baixa que os outros dois estados.

Os gráficos do estado e das regiões mais importantes, do ponto de vista da mobilidade interestadual da população, São Paulo, Nordeste e Centro-Oeste, respectivamente, fazem sugestões analíticas interessantes.



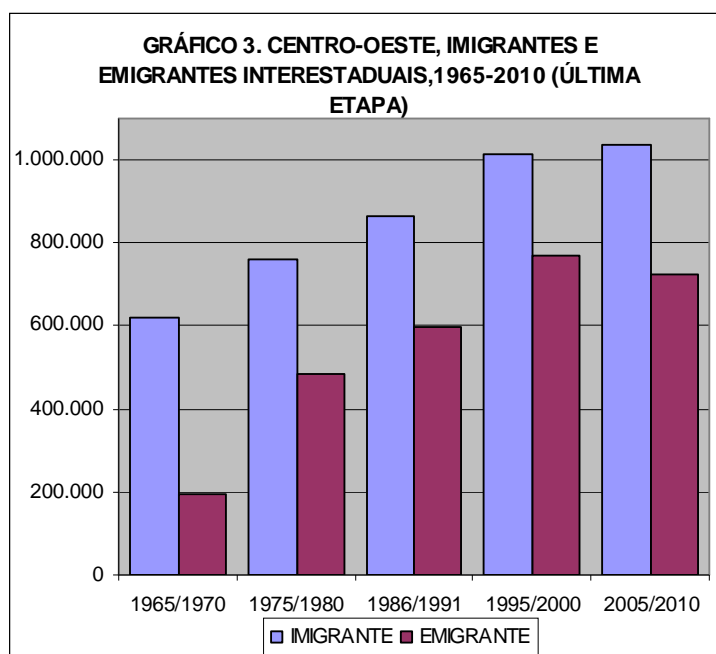
Fonte: FIBGE, Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010.

No caso de São Paulo (Gráfico 1), o ápice da diferença entre os imigrantes e emigrantes foi na década de setenta, quando os emigrantes atingem o menor número. Posteriormente, os imigrantes se mantêm em um patamar extremamente alto, alcançando no final do século passado o seu maior valor entre os cinco períodos considerados. Não há a menor evidência de São Paulo deixar de ser o estado com maior capacidade de absorção migratória. Os seus emigrantes, também, têm obedecido a uma tendência de crescimento, apesar de que, como os imigrantes, tiveram uma redução no início do século atual.



Fonte: FIBGE, Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010.

A região Nordeste, no seu conjunto, persiste como a principal exportadora de população para outros estados e regiões, chegando ao seu limite superior nos anos noventa do século passado (Gráfico 2). Chama atenção, também, o crescimento do número de imigrantes chegando ao Nordeste. Ainda que em número inferior ao dos emigrantes, há uma tendência ao crescimento, ainda que tenha tido uma pequena redução segundo os dados do Censo de 2010. Entretanto, pode-se afirmar que os dados não indicam nenhuma tendência à redução da hegemonia nordestina entre os emigrantes interestaduais no Brasil.



Fonte: FIBGE, Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010.

A região Centro-Oeste tem mantido uma grande capacidade de absorção demográfica (Gráfico 3). Com uma economia extremamente dinâmica vinculada à agricultura de exportação, além de conter dentro dos seus limites a capital federal, ela tem atraído uma grande quantidade de imigrantes, ainda que em quantidade inferior ao estado de São Paulo e à região Nordeste. Contudo, o crescimento dos emigrantes foi acelerado, mostrando a intensa mobilidade demográfica entre as antigas regiões de expansão da fronteira agrícola, hoje, em grande parte, ocupadas pelo agronegócio ou pelas atividades minerais e metalúrgicas.

Foi surpreendente a mudança nos comportamentos migratórios, em especial, do estado de São Paulo e da região Nordeste, distanciando-se dos seus papéis clássicos, respectivamente, de meros recebedores e perdedores de população de outros estados. Todavia, essas surpresas não podem esconder a realidade observada em todo o período analisado: São Paulo continua a ser o estado que mais recebe imigrantes e o Nordeste a região que mais expulsa emigrantes.

Novas possibilidades analíticas se abrem quando são utilizados as trocas líquidas migratórias e o chamado índice de eficácia migratória que sintetiza o quanto o número de imigrantes se aproxima do número de emigrantes, independente do seu volume. Para mensurá-lo divide-se o saldo migratório, no caso as trocas líquidas de última etapa¹⁴, pelo número de imigrantes mais o de emigrantes. Nos casos limites, quando o número de imigrantes for igual ao de emigrantes, o índice será igual a zero; quando existirem somente imigrantes ele será igual a 1,0 e, ao contrário, quando existirem somente emigrantes, ele será igual a -1,0.

TABELA 3
BRASIL, TROCA LÍQUIDAS MIGRATÓRIAS, 1965/2010 (ÚLTIMA ETAPA)

REGIÕES E/OU UFs	TROCAS LIQUIDAS MIGRATORIAS				
	1965/1970	1975/1980	1986/1991	1995/2000	2005/2010
NORTE	30.160	314.741	122.855	91.071	52.941
NE. SETENTRIONAL	-54.128	-186.660	-200.760	-263.347	-315.108
NE. CENTRAL	-625.638	-571.785	-395.424	-313.028	-334.620
NE. MERIDIONAL	-280.191	-174.334	-258.729	-314.373	-301.737
NORDESTE TOTAL	-959.956	-932.778	-854.913	-890.747	-951.465
MINAS GERAIS	-746.853	-237.032	-86.994	57.770	-9.812
ESPIRITO SANTO	-104.033	17.114	40.174	40.329	68.001
RIO DE JANEIRO	504.323	140.756	-36.018	62.092	50.902
SÃO PAULO	592.385	1.066.976	693.524	416.102	382.407
PARANÁ	582.335	-590.405	-167.195	-68.634	-30.073
EXTREMO SUL	-325.488	-58.543	19.736	46.485	123.366
CENTRO-OESTE	427.128	279.170	268.832	245.532	313.733

Fonte: FIBGE, Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010

As trocas migratórias de São Paulo revelam um saldo em franco declínio a partir dos anos setenta, resultante, principalmente, do significativo aumento dos emigrantes (Tabela 3). No caso do Nordeste, apesar do aumento dos imigrantes, o seu saldo tem se mantido alto em função do seu grande número de emigrantes. A sua região Central, diferenciando-se das demais, apresenta uma interessante particularidade: o seu saldo, à exceção do último período analisado, tem apresentado uma tendência à queda. A região Centro-Oeste, assim como a Norte, tem tido um saldo declinante, exceção, também, da última década. As evidências são de uma grande circulação da população entre os estados dentro das próprias fronteiras regionais.

Minas Gerais e o Rio de Janeiro são dois casos de reversão migratória. No primeiro há uma diminuição dos seus saldos negativos, atualmente insignificantes, resultantes mais do aumento da imigração do que da redução da emigração. Já o Rio de Janeiro, que nos anos sessenta tinha um alto saldo positivo, teve uma forte redução da imigração levando a perdas substanciais no seu saldo. Ainda no Sudeste, o Espírito Santo, ao contrário do que acontecia nos anos sessenta, tem tido trocas líquidas positivas.

¹⁴ A rigor, o dado de última etapa não é o mais adequado para analisar eficácia migratória. Se houver participação significativa de retornados no período, vai parecer que o estado é extremamente “eficaz”, sem que estes migrantes contribuam para o verdadeiro saldo líquido; se houver participação significativa da emigração de passagem, vai parecer que é “ineficaz”, sem que necessariamente o seja, pois estes migrantes também não contribuem para o saldo. De qualquer forma, usamos o dado de última etapa como proxy para o cálculo, para manter a série histórica.

Na região Sul, o Paraná, que outrora, em sua região norte, era um estado de expansão da fronteira agrícola, com uma grande capacidade de atração de imigrantes, acumulou saldos negativos desde a década de setenta, ainda que declinantes. A região Extremo Sul, ao contrário, caminhou de saldos expressivamente negativos para positivos, em função do crescimento do número de imigrantes de Santa Catarina.

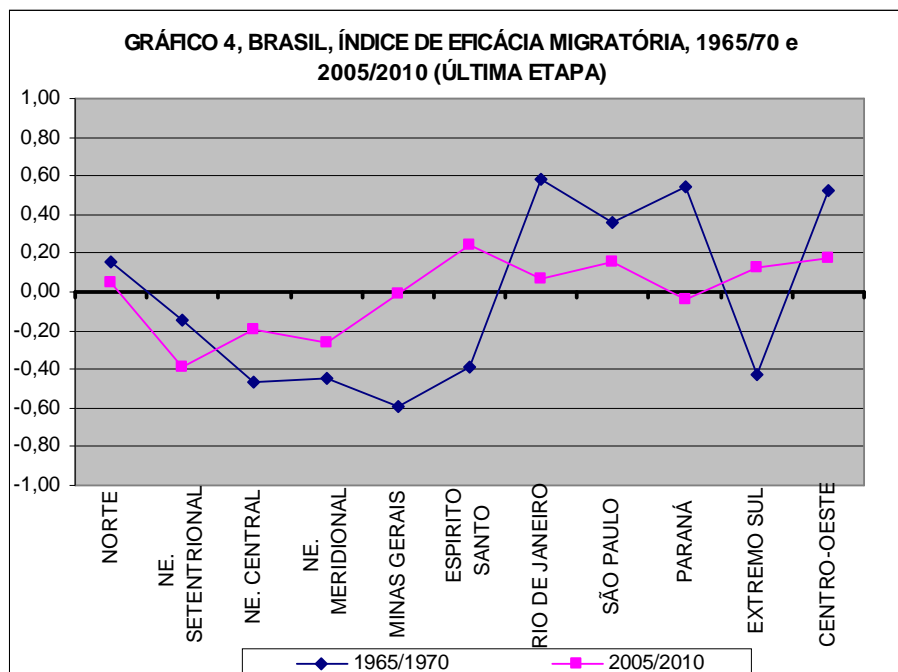
Do ponto de vista das trocas de última etapa, não há homogeneidade no comportamento dos diferentes estados ou regiões do Brasil. Revela-se, contudo, que esses estados e regiões já não cumprem os seus papéis definidos pelo padrão migratório típico dos anos sessenta e setenta, ou seja, de grandes reservatórios de força de trabalho ou de grandes regiões de absorção de população necessária ao crescimento da economia urbana industrial ou da expansão da fronteira agrícola e mineral. Não há mais estados ou regiões que sejam somente perdedoras ou ganhadoras de população. Entretanto, como já se afirmou, apesar das mudanças que se configuram, não se vislumbra no panorama migratório, por exemplo, que São Paulo deixe de ser o estado que mais receba imigrantes e que os estados nordestinos, em seu conjunto, e Minas Gerais, em particular, deixem de ser grandes fornecedores de emigrantes interestaduais.

TABELA 4
BRASIL, ÍNDICE DE EFICÁCIA MIGRATÓRIA, 1965/2010 (ÚLTIMA ETAPA)

REGIÕES E/OU UFs	ÍNDICE DE EFICÁCIA MIGRATÓRIA				
	1965/1970	1975/1980	1986/1991	1995/2000	2005/2010
NORTE	0,15	0,53	0,12	0,07	0,04
NE. SETENTRIONAL	-0,15	-0,41	-0,32	-0,34	-0,38
NE. CENTRAL	-0,47	-0,42	-0,24	-0,17	-0,20
NE. MERIDIONAL	-0,45	-0,28	-0,30	-0,28	-0,27
NORDESTE TOTAL	-0,41	-0,38	-0,27	-0,24	-0,26
MINAS GERAIS	-0,59	-0,26	-0,09	0,05	-0,01
ESPIRITO SANTO	-0,39	0,09	0,16	0,14	0,24
RIO DE JANEIRO	0,58	0,22	-0,06	0,08	0,07
SÃO PAULO	0,36	0,52	0,30	0,15	0,16
PARANÁ	0,54	-0,59	-0,20	-0,08	-0,04
EXTREMO SUL	-0,43	-0,12	0,03	0,06	0,13
CENTRO-OESTE	0,52	0,22	0,18	0,14	0,18

Fonte: FIBGE, Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010

Considerando os índices de eficácia migratória para a segunda metade do século passado, a tendência geral é a sua diminuição, ou seja, o número de imigrantes estava cada vez mais próximo do número de emigrantes. Como esse índice independe do volume, não há evidências para se afirmar que há um aumento na circulação de migrantes interestaduais ou regionais. A única exceção é a área setentrional do Nordeste, que tem um número de imigrantes muito menor do que o de emigrantes. Entre o final dos anos noventa e a primeira década deste século a tendência à convergência entre o número de imigrantes e o de emigrantes sofreu algumas alterações, mas não o suficiente para alterar a tendência histórica a certa convergência entre o número de imigrantes e o de emigrantes (Gráfico 4).



Fonte: FIBGE, Censos Demográficos de 1970 e 2010

Nota-se que diferentemente dos anos sessenta, os índices mais recentes mostram que, exceção das regiões Setentrional e Meridional do Nordeste, eles se situam na faixa entre - 0,20 e +0,20. Não se trata de um fenômeno semelhante ao de alguns países desenvolvidos, quando a redução dos desequilíbrios regionais leva a uma equalização, no espaço, das oportunidades econômicas e sociais. Pelo contrário, a convergência migratória no Brasil ainda convive com fortes desequilíbrios regionais e sociais e tem sido potencializada pelas migrações de retorno e de curto prazo, como será analisado posteriormente neste artigo.

As desigualdades econômicas e sociais, projetadas espacialmente, são responsáveis pela relativa inércia das trajetórias migratórias dominantes e mesmo de algumas trajetórias secundárias, na maioria das vezes circuitos regionais de migrantes entre estados geograficamente próximos.

**TABELA 5, SÃO PAULO, ORIGEM E DESTINO DOS MIGRANTES
INTERESTADUAIS, 1965/2010 (ÚLTIMA ETAPA)**

REGIÕES/ESTADO	1965/1970	1975/1980	1986/1991	1995/2000	2005/2010
IMIGRANTES					
NORTE	0,56	0,87	2,39	2,25	2,43
NORDESTE	38,77	40,56	52,51	57,88	57,83
MINAS GERAIS	34,22	17,71	16,93	14,51	16,37
ESPIRITO SANTO	0,99	0,58	0,60	0,75	0,71
RIO DE JANEIRO	5,01	3,89	4,65	3,72	4,64
PARANÁ	13,79	28,99	15,10	11,74	8,55
EXTREMO SUL	2,48	1,73	1,81	2,43	3,37
CENTRO-OESTE	4,18	5,67	6,01	6,72	6,10
TOTAL ABSOLUTO	1.118.316	1.562.494	1.484.785	1.582.348	1.413.107
EMIGRANTES					
NORTE	0,38	3,91	2,90	2,85	2,81
NORDESTE	6,30	22,88	35,52	40,01	37,20
MINAS GERAIS	14,26	24,39	22,09	21,74	20,08
ESPIRITO SANTO	0,20	1,43	1,37	1,24	1,29
RIO DE JANEIRO	8,54	9,87	4,95	4,87	5,83
PARANÁ	44,78	14,23	15,52	14,81	14,92
EXTREMO SUL	2,87	4,23	4,58	4,57	6,67
CENTRO-OESTE	22,66	19,06	13,08	9,92	11,19
TOTAL ABSOLUTO	525.931	495.519	791.261	1.166.246	1.030.700

Fonte: FIBGE, Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010

O caso de São Paulo é muito ilustrativo. A grande maioria dos seus imigrantes é fornecida pela região Nordeste desde os anos sessenta. Trata-se de uma trajetória migratória, persistente no tempo, portanto estruturante do mercado de trabalho nacional e componente das dinâmicas econômica e social brasileira. Em menor proporção, mas também persistente no tempo, situa-se a trajetória que garante um significativo número de imigrantes mineiros em São Paulo. A região Nordeste e o estado de Minas Gerais eram responsáveis, nos anos sessenta, por 73% dos imigrantes em São Paulo. No último Censo a proporção era praticamente a mesma.

Por outro lado, no caminho inverso da mesma trajetória migratória, depois da década de sessenta, o Nordeste e Minas passam a ser o destino preferencial dos emigrantes de São Paulo. Certamente, as migrações de retorno e de curto prazo devem estar alimentando esses fluxos, o que só confirma as suas dimensões estruturais.

As trajetórias secundárias, ou os circuitos regionais, podem ser, também, observadas. Sobrepõem-se as ligações de São Paulo com o estado do Paraná e com a região Centro-Oeste. Nos anos sessenta, ele já recebia uma porcentagem significativa de imigrantes do Paraná, que se amplia muito na década seguinte com os retornados, em função do esgotamento da expansão da fronteira agrícola no norte do estado. Depois, os imigrantes persistem, mas em uma proporção bem menor. A emigração de São Paulo para o Paraná que foi, proporcionalmente, bastante alta na década de sessenta, atraída pela expansão da fronteira agrícola, diminui nos anos seguintes, porém mantendo-se em porcentagens significativas. Com a região Centro-Oeste as proporções de imigrantes têm sido bem

menores do que as de emigrantes, mas conservam certa regularidade. Em ambos os casos, são evidentes a importância dos circuitos migratórios regionais.

A análise da região Nordeste sugere, também, a estabilidade das trajetórias migratórias que com ele se articulam (Tabela 6). As suas interações com São Paulo são notáveis, conforme as evidências já mostradas anteriormente. As imigrações de São Paulo aumentam, proporcionalmente, de modo significativo, certamente, como consequência das emigrações, do mesmo estado, de retorno e curto prazo. Interessante são as imigrações, que eram predominantemente intra-regionais, e deixam de ser já a partir dos anos oitenta, em função das imigrações, principalmente, de São Paulo.

Pelo lado das emigrações nordestinas, São Paulo, durante todo o período analisado, continua sendo o estado de destino preferencial. Apesar de todas as mudanças recentes na economia e na sociedade brasileiras, a trajetória migratória, articulando o Nordeste e São Paulo, permanece e os números confirmam a sua importância estrutural.

TABELA 6
NORDESTE, ORIGEM E DESTINO DOS MIGRANTES
INTERESTADUAIS, 1965/2010

REGIÕES/ESTADO	1965/1970	1975/1980	1986/1991	1995/2000	2005/2010
IMIGRANTES					
NORTE	1,51	2,87	8,36	8,20	8,37
NORDESTE TOTAL	80,83	61,84	46,84	37,55	38,84
MINAS GERAIS	5,24	4,09	3,15	3,14	4,05
ESPIRITO SANTO	0,94	1,36	1,27	1,49	1,56
RIO DE JANEIRO	3,56	7,68	8,68	7,85	7,65
SÃO PAULO	4,83	14,93	24,61	32,34	28,30
PARANÁ	1,15	1,56	0,73	0,97	1,18
EXTREMO SUL	0,46	0,85	0,90	1,15	1,72
CENTRO-OESTE	1,47	4,82	5,46	7,31	8,32
TOTAL ABSOLUTO	684.986	759.226	1.141.811	1.442.707	1.354.954
EMIGRANTES					
NORTE	2,77	8,76	11,50	10,25	8,95
NORDESTE TOTAL	33,66	27,75	26,78	23,22	22,82
MINAS GERAIS	4,59	2,48	2,68	3,51	5,57
ESPIRITO SANTO	0,90	0,93	1,61	1,97	2,69
RIO DE JANEIRO	16,81	11,28	6,82	8,97	7,69
SÃO PAULO	26,36	37,46	39,05	39,25	35,43
PARANÁ	4,51	0,63	0,65	0,75	1,16
EXTREMO SUL	0,23	0,34	0,55	0,86	1,91
CENTRO-OESTE	10,17	10,38	10,37	11,22	13,80
TOTAL ABSOLUTO	1.644.942	1.692.004	1.996.724	2.333.454	2.306.419

Fonte: FIBGE, Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010

As trajetórias ligando o Nordeste ao Rio de Janeiro, devido à redução significativa na capacidade de absorção migratória carioca, diminuiu em termos numéricos, mas ainda permanece relevante, alimentada pelas imigrações que, como no caso de São Paulo, devem ser em boa medida,

derivadas das migrações de retorno e de curto prazo. O mesmo se pode dizer das trajetórias ligando o Nordeste e as antigas regiões de expansão da fronteira agrícola. Em função das emigrações nordestinas, principalmente, elas mantêm a sua importância, ainda que as imigrações, em menor proporção, sejam, também, expressivas. Estas trajetórias migratórias ligando o Nordeste com as regiões Norte e Centro-Oeste, ainda permanecem como determinantes dentro da articulação de um mercado de trabalho nacional.

TABELA 7
CENTRO-OESTE, ORIGEM E DESTINO DOS MIGRANTES
INTERESTADUAIS, 1965/2010

REGIÕES/ESTADO	1965/1970	1975/1980	1986/1991	1995/2000	2005/2010
IMIGRANTES					
NORTE	0,99	2,51	11,13	13,27	12,48
NORDESTE TOTAL	26,94	23,05	23,94	25,82	30,64
MINAS GERAIS	28,96	13,04	9,66	8,14	9,07
ESPIRITO SANTO	1,51	0,48	0,50	0,43	0,44
RIO DE JANEIRO	4,78	4,42	3,07	2,44	2,74
SÃO PAULO	19,18	12,39	11,97	11,41	11,10
PARANÁ	5,20	18,30	10,78	7,01	5,53
EXTREMO SUL	0,85	4,63	5,00	3,91	3,57
CENTRO-OESTE	11,59	21,17	23,95	27,58	24,42
TOTAL ABSOLUTO	621.232	762.150	864.631	1.013.880	1.038.486
EMIGRANTES					
NORTE	7,92	19,12	12,47	12,49	13,27
NORDESTE TOTAL	5,20	7,58	10,46	13,72	15,55
MINAS GERAIS	12,66	12,72	10,19	9,88	9,00
ESPIRITO SANTO	0,19	0,51	0,76	0,58	0,69
RIO DE JANEIRO	6,80	3,54	2,83	2,57	3,02
SÃO PAULO	24,08	18,36	14,97	13,84	11,89
PARANÁ	4,71	3,42	9,66	6,96	6,70
EXTREMO SUL	1,36	1,35	3,92	3,58	4,89
CENTRO-OESTE	37,09	33,41	34,75	36,39	34,99
TOTAL ABSOLUTO	194.105	482.979	595.799	768.347	724.753

Fonte: FIBGE, Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010

A Região Centro-Oeste, outra de intensa mobilidade populacional interestadual, também sugere uma razoável estabilidade nas suas principais trajetórias migratórias. Como pode ser observado, o principal elo da região é com o Nordeste, principalmente, quanto às suas imigrações. O mesmo poderia ser dito de Minas Gerais, que nos anos sessenta foi o estado que mais forneceu imigrantes para a região. Porém, a participação mineira reduziu substancialmente, ainda que sustente a posição de uma trajetória secundária ou de um circuito migratório regional.

As ligações migratórias com São Paulo, ainda que não tenham permanecido tão intensas como nas décadas de sessenta e setenta, configuram, também, um movimentado circuito regional de

migrantes. Em menor proporção, essas ligações migratórias podem, também, ser observadas com o estado do Paraná.

Chama atenção a grande circulação populacional entre os estados da própria região Centro-Oeste. Fenômeno que pode ser observado, também, na região Norte, mostrando ser uma característica das antigas regiões de expansão da fronteira agrícola e mineral.

As limitações de um artigo impedem que se faça o mesmo exercício para todos os demais estados e regiões. Todavia, os dados censitários confirmam a hipótese da manutenção das principais trajetórias migratórias dominantes ou secundárias, muitas delas apresentando números menores e, quase sempre - eis a grande novidade! – fluxos migratórios em sentido contrário. Alguns outros exemplos merecem ser mencionados. Minas Gerais, tradicional reservatório de força de trabalho, continua perdendo população para os outros estados, em especial para São Paulo, porém recebe de lá um grande número de imigrantes. O mesmo se poderia dizer em relação ao Rio de Janeiro e à região Centro-Oeste, em cujas trajetórias circulam um número menor de migrantes, entretanto com razoável estabilidade.

Na região Sul do País, Santa Catarina destacou-se no último Censo pelo seu saldo migratório positivo, ficando atrás apenas de São Paulo e Goiás, com quase 173.000 habitantes. Nota-se que foram os estados do Sul, seus vizinhos, o Paraná e o Rio Grande do Sul, que alimentaram esse saldo positivo robusto. Goiás, o segundo estado com maior saldo migratório em 2010, mais de 200.000 migrantes, não fugindo à regra da região Centro-Oeste, teve a maioria dos seus imigrantes provenientes da sua própria região, particularmente de Brasília, e das regiões Norte e Nordeste Setentrional.

AS MIGRAÇÕES INTERESTADUAIS DE RETORNO E DE CURTO PRAZO

Os dados da série histórica incorporando a segunda metade do século XX e a primeira década do século XXI revelam este aparente paradoxo: mudança no padrão migratório e a manutenção das principais trajetórias migratórias. De fato, as trajetórias se mantêm, mas quase todas apresentam a novidade: além do fluxo, um expressivo contra-fluxo. Os números de imigrantes e o de emigrantes, salvo raras exceções, tendem a se aproximar. Trata-se de uma mudança fundamental no padrão migratório que prevalece até os anos setenta, pois deixam de existir os estados ou regiões que sejam, principalmente, origem ou destino dos grandes fluxos migratórios.

A coexistência da mudança no padrão migratório com a estabilidade nas principais trajetórias migratórias reflete as dinâmicas da economia e da sociedade brasileiras, que ainda mantém fortes desequilíbrios regionais combinados com graves desequilíbrios regionais.

Por outro lado, um dos fenômenos marcantes das mudanças ocorridas no padrão migratório é o aumento substancial da migração interestadual de retorno. Utilizando as informações de data fixa, aqueles imigrantes que regressaram ao seu estado de origem aumentaram, em termos absolutos até o final do século, contudo diminuem na primeira década deste século (Tabela 8). Contudo, as proporções, nos dois últimos períodos analisados, praticamente não se alteraram, o que indica a manutenção da importância relativa da imigração de retorno.

Aqueles estados e regiões, que no padrão migratório tradicional foram grandes exportadores de população, como o Nordeste e Minas Gerais, são os que mais se destacam como o destino da imigração de retorno. Ambos, em momentos diferentes, chegaram a mais de 42% de imigrantes retornados, apesar de que tanto em termos absolutos quanto relativos, o número deles diminuiu entre o final do século passado e início deste. A procedência destes imigrantes, em grande maioria, logicamente, acompanha as trajetórias migratórias que articulavam os grandes reservatórios de mão de obra, a região Nordeste e o estado de Minas Gerais ao estado de São Paulo. No Nordeste, é significativo o número de retornados que tem como origem os próprios estados da região, acompanhando o comportamento do conjunto de migrantes.

TABELA 8
IMIGRANTES INTERESTADUAIS DE RETORNO, 1986/2010
(DATA FIXA)

REGIOES/ESTADO	1986/1991	1995/2000	2005/2010
IMIGRANTES DE RETORNO			
NORTE	38.308	62.896	59.412
NORDESTE TOTAL	362.861	458.959	352.738
MINAS GERAIS	155.323	161.044	111.447
ESPIRITO SANTO	24.954	21.832	18.744
RIO DE JANEIRO	37.667	49.351	47.114
SÃO PAULO	130.838	116.430	156.873
PARANÁ	93.544	94.652	79.042
EXTREMO SUL	85.774	75.395	78.935
CENTRO-OESTE	78.768	89.135	95.357
BRASIL	1.008.037	1.129.694	999.662
% SOBRE O TOTAL DE IMIGRANTES			
NORTE	6,93	11,30	12,87
NORDESTE TOTAL	38,70	43,47	37,53
MINAS GERAIS	41,77	35,96	29,60
ESPIRITO SANTO	18,43	16,90	14,33
RIO DE JANEIRO	14,86	15,43	17,42
SÃO PAULO	9,39	9,51	15,82
PARANÁ	34,76	31,84	29,04
EXTREMO SUL	30,14	24,08	19,54
CENTRO-OESTE	9,67	10,45	11,96
BRASIL	20,11	21,74	21,53

Fonte: FIBGE, Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010

O Paraná e o Extremo Sul, também se destacam pelas altas porcentagens de imigrantes retornados. Para o primeiro, procedentes, principalmente, de São Paulo e da região Centro-Oeste e, para o segundo, do Paraná e dos próprios estados da região, onde, em ambos os casos transitam a grande maioria dos seus migrantes.

São Paulo tem um número crescente de retornados, assim como o Rio de Janeiro. Nos dois, grande parte deles transita pelas trajetórias que tradicionalmente articulam esses dois estados com o Nordeste e Minas Gerais.

As duas regiões, outrora de expansão da fronteira agrícola, Centro-Oeste e Norte, têm apresentado uma tendência a aumentar o número e a proporção de seus retornados. Em grande parte, os retornados, como os migrantes em geral, têm como origem os estados das próprias regiões ou da outra região de expansão de fronteira.

TABELA 9
MIGRANTES INTERESTADUAIS DE CURTO PRAZO
1986/2010

REGIOES/ESTADO	1986/1991	1995/2000	2005/2010
IMIGRANTES DE RETORNO			
NORTE	30.927	144.239	164.140
NORDESTE TOTAL	204.145	386.783	415.177
MINAS GERAIS	60.324	123.896	166.775
ESPIRITO SANTO	8.233	32.871	42.639
RIO DE JANEIRO	43.841	93.687	128.001
SÃO PAULO	91.993	358.539	421.794
PARANÁ	61.391	91.018	109.797
EXTREMO SUL	27.503	94.821	146.838
CENTRO-OESTE	50.384	160.972	241.203
BRASIL	578.741	1.486.826	1.836.364
% SOBRE O TOTAL DE IMIGRANTES			
NORTE	5,29	20,59	26,24
NORDESTE TOTAL	21,77	36,63	44,18
MINAS GERAIS	13,96	21,67	30,70
ESPIRITO SANTO	5,73	20,29	24,58
RIO DE JANEIRO	14,75	22,66	32,13
SÃO PAULO	6,20	22,66	29,85
PARANÁ	18,58	23,44	28,74
EXTREMO SUL	8,81	23,25	26,66
CENTRO-OESTE	5,83	15,88	23,23
BRASIL	10,35	22,25	28,34

Fonte: FIBGE, Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010

Além da migração de retorno, os dados dos Censos Demográficos revelam a importância crescente da migração de curto prazo, obtida através da diferença entre as matrizes de migrante de última etapa¹⁵ e a de data fixa, isto é, aqueles que saíram do seu estado ou região e retornaram entre a data do censo e a data fixa¹⁶. O crescimento é muito relevante, alcançando quase 30% dos imigrantes e mais que triplicando o seu número absoluto desde 1986/1991.

A porcentagem de imigrantes de curto prazo está acima de 23% em todos os estados ou regiões, sugerindo tratar-se de uma estratégia de extrema importância dentro do novo padrão migratório que se anuncia desde o último quartel do século passado. A sua relevância pode ser encontrada entre os imigrantes do Nordeste e de Minas Gerais, mas, também, em São Paulo, Rio de Janeiro e nas antigas regiões de expansão de fronteira agrícola. As migrações de retorno e a de curto

¹⁵ Migrantes de última etapa com menos de cinco anos de residência e cinco anos ou mais de idade.

¹⁶ Os interessados podem encontrar detalhes metodológicos em Rigotti, 1999.

prazo constituem alternativas abertas aos migrantes no contexto da nova realidade brasileira, na qual as possibilidades de se articular mobilidade espacial interestadual com a mobilidade social são cada vez mais remotas.

Somando os migrantes de retorno e de curto prazo e dividindo-os pelos imigrantes de última etapa, que contém os dois, temos um indicador ainda mais preciso dessas duas estratégias dentro do novo padrão migratório que se anuncia (Tabela 10).

As proporções de imigrantes de retorno e de curto prazo alcançaram, aproximadamente, 44% dos imigrantes interestaduais no último Censo. Em alguns estados ou regiões, como o Nordeste e Minas Gerais, estas cifras ultrapassaram 50%, ou seja, mais da metade dos imigrantes interestaduais ou são naturais que retornaram aos seus estados de origem ou deles saíram e retornaram em menos de cinco anos. Para o restante dos estados ou regiões, pelo menos um terço dos imigrantes são retornados ou de curto prazo.

TABELA 10
IMIGRANTES INTERESTADUAIS DE RETORNO E
CURTO PRAZO, ÚLTIMA ETAPA* (1986/2010)

REGIÕES/ESTADO	1986/1991	1995/2000	2005/2010
IMIGRANTES DE RETORNO E CURTO PRAZO			
NORTE	69.235	207.135	223.552
NORDESTE TOTAL	567.006	845.742	767.915
MINAS GERAIS	215.647	284.940	278.222
ESPIRITO SANTO	33.187	54.703	61.383
RIO DE JANEIRO	81.508	143.038	175.115
SÃO PAULO	222.831	474.969	578.667
PARANÁ	154.935	185.670	188.839
EXTREMO SUL	113.277	170.216	225.773
CENTRO-OESTE	129.152	250.107	336.560
BRASIL	1.586.778	2.616.520	2.836.026
% SOBRE O TOTAL DE IMIGRANTES(ULTIMA ETAPA)			
NORTE	11,85	29,56	35,73
NORDESTE TOTAL	49,66	58,62	56,67
MINAS GERAIS	49,89	49,84	51,21
ESPIRITO SANTO	23,10	33,76	35,39
RIO DE JANEIRO	27,42	34,60	43,95
SÃO PAULO	15,01	30,02	40,95
PARANÁ	46,88	47,81	49,44
EXTREMO SUL	36,29	41,73	40,99
CENTRO-OESTE	14,94	24,67	32,41
BRASIL	28,38	39,15	43,77

Fonte: FIBGE, Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010

* Imigrantes com menos de cinco anos de residência e mais de cinco anos de idade

As antigas regiões ou estados que até os anos setenta cumpriam os seus papéis de reservatórios de mão de obra ou de absorção de mão de obra necessária ao crescimento da economia urbana industrial, ou à expansão da fronteira agrícola e mineral, hoje já não exercem mais exclusivamente

esses papéis. Contudo, a persistência das grandes trajetórias migratórias impede, por exemplo, que São Paulo deixe de ser o estado que mais receba imigrantes e que os estados nordestinos, em seu conjunto, e Minas Gerais, em particular, deixem de ser grandes fornecedores de emigrantes interestaduais.

A tendência à convergência migratória significa, fundamentalmente, que pelas antigas trajetórias migratórias circulam fluxos e contra-fluxos alimentados pelas migrações de retorno de curto prazo. Como um fenômeno tipicamente estrutural, a migração interna interage com as dinâmicas da economia e da sociedade, espelhando, espacialmente, as suas desigualdades regionais e sociais.

Essas estratégias migratórias, migração de retorno e curto prazo, que circulam nos fluxos e contra-fluxos das persistentes trajetórias migratórias, alinham-se entre as novidades do novo padrão migratório que se desenha desde os anos oitenta. É importante mencionar que esse novo padrão que se anuncia não significa uma transição completa, pelo contrário, nele coexistem características do antigo e do novo e essa, talvez, seja a sua marca estrutural mais relevante, pois acompanha as próprias características do desenvolvimento desigual do capitalismo brasileiro.

BIBLIOGRAFIA

- BASSANEZI, MSB, Migrantes no Brasil na segunda metade do século XIX, NEPO-UNICAMP, 2001
- BRITO, FAUSTO, Brasil, final de século: a transição para um novo padrão migratório, in Carleial, NA, organizadora, Transições Migratórias, Edições Iplance, 2002
- BRITO, FAUSTO, Crescimento demográfico e migrações na transição para o trabalho assalariado no Brasil, in Revista Brasileira de Estudos de População, vol.21, Jan/jun, 2004.
- BRITO, FAUSTO, Migrações Internas no Brasil: um ensaio sobre os desafios Teóricos recentes, V Congresso da ALAP, 2012.
- CANO, WILSON, Desequilíbrios regionais e concentração indústria no Brasil, UNICAMP, 1998
- DURHAM, E A, A caminho da cidade, Editora Perspectiva, 1984.
- EVERETT, L., Uma teoria sobre a migração, in Migrações Internas, Textos Seleccionados, Tomo I, Banco do Nordeste, 1980.
- FURTADO, C, Formação Econômica do Brasil, Companhia Editora Nacional, 1974
- MARTINE, G. E GARCIA, R, Os impactos sociais da modernização agrícola no Brasil, Hucitec, 1987
- VAINER, C, Estado e imigração internacional: da imigração à emigração, in PATARRA, NEIDE (org), Emigração e imigração internacionais no Brasil contemporâneo, FNUAP, Campinas, 1996
- VAINER, C, Estado e Migrações Internas no Brasil, anotações para uma história das política migratórias, in Travessia, n.36, janeiro – abril, 2000.